

DESAGRAVO AOS CONJURADOS

José Antônio de Ávila Sacramento

Causou apreensão nos meios culturais e históricos o lançamento de “Sociedade e História do Brasil” (Editora Instituto Teotônio Vilela - ano 2000), coleção que tenta lançar reavaliações em torno de alguns fatos históricos deste país.

Não vou comentar todos os episódios polêmicos e/ou duvidosos da obra; discorrerei sucintamente a respeito de apenas um deles: o da tentativa da desqualificação da Conjuração Mineira, que na visão de Marco Antonio Villa, professor d’uma universidade paulista teria sido um movimento de sonegadores de impostos, sem importância do ponto de vista histórico.

O tal professor agrediu a memória do são-joanense Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, ao negar-lhe quaisquer virtudes e ter considerado que ele foi instrumento de massa de manobra de sonegadores, uma espécie de pobretão que exercia atividades próximas à escravidão, guiado por interesses espúrios, o que se contrapõe às pesquisas e estudos de historiadores que já estão solidificados porque estão fundamentados em boas e confiáveis fontes históricas.

Para sustentar a interpretação, o professor chegou até a recorrer à obra “Devassa da Devassa”, texto que parece não ter sido por ele muito bem assimilado, já que o autor do livro, Kenneth Maxwell, não considerou a Inconfidência um pífio episódio e evidenciou que “por mais materiais que tivessem sido os seus motivos, os homens de Minas Gerais tinham pensado em fazer uma república livre e independente.”.

No contexto de se almejar uma república livre e independente é que podem ser apuradas as razões dos conjurados mineiros que patrocinaram o movimento que despertou grande preocupação da Coroa Portuguesa, a ponto de culminar, em 21 de abril de 1792, com a execução do seu réu-mor, acusado de atentar com escandalosa temeridade contra a Real Soberania de Sua Majestade Dona Maria I. Ao ter o corpo esquartejado e exposto pelos caminhos de Minas, os pedaços do Tiradentes serviram de exemplo, lembrando que o castigo dado ao líder da conjuração poderia ser aplicado àqueles que porventura ousassem ameaçar a soberania da Coroa. A conjuração foi um movimento histórico em busca da liberdade do Brasil e congregava a burguesia ativa, composta por intelectuais, não sendo calcada exclusivamente numa sociedade de escravos, e foi também um movimento urbano que visava atender às necessidades provindas das muitas cidades que então floresciam.

É importante lembrar que da morte de Tiradentes (1792) à Independência (1822), passaram-se apenas trinta anos, fazendo-nos ver que, indubitavelmente, o processo da Conjuração Mineira acelerou o processo da proclamação da independência brasileira.

Introduzir a inadimplência (ou sonegação) dos mineiros para com a Fazenda Real como sendo o único motivo da Conjuração, é estranho e merece cuidados de análise; dos devedores, a monarquia desejava os bens e não a vida, e nenhum devedor seria executado, esquartejado ou degredado. A Coroa lusitana não considerou os conjurados mineiros apenas como meros sonegadores de impostos, mas sim como criminosos praticantes de um delito maior, o crime de lesa-majestade. A Corte demonstrou atenção e receio para com os ideais do movimento e percebeu a dimensão do real perigo que para ela representava o procedimento dos conjurados. O Tiradentes, inquirido e acareado diversas vezes entre 1789 e 1792, não foi enforcado como mero bode expiatório, mas morreu sentenciado com a pena maior por ter sido a mais expressiva, popular e legítima personificação da liderança daquele movimento.

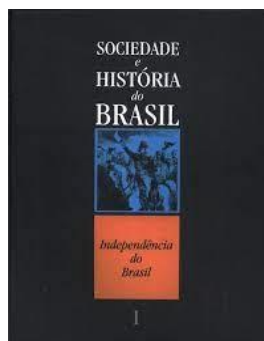
“Desqualificar a Inconfidência e os inconfidentes, atropelando os fatos e os documentos, é exibição de mera tagarelice especulativa. Nada mais, nada menos”, de acordo com o texto de Marx Golgher que acabei de ler. Golgher chegou a afirmar que quem reconhece o particularismo dos mineiros no desafio permanente ao jugo colonial não é qualquer ufanista à feição de Antônio Celso, como imaginam. Martinho de Melo e Castro (a maior autoridade em interesses reais no Brasil e no planeta) ao enviar suas "Instruções", como todo-poderoso Ministro da Marinha e Ultramar ao Governador das Minas, reconheceu, já em 1788, que o grande entrave à consecução do objetivo real de Minas servir à Metrópole era que “entre todos os povos de que se compõem as diferentes capitanias (do Brasil), nenhum talvez custou mais a sujeitar e reduzir à submissão de vassallos ao seu soberano, como o foram os de Minas Gerais.”.

Se algum historiador achar que lhe é facultado, no trato dos acontecimentos, o uso razoável da imaginação para preencher vãos deixados pelas relações dos fatos que aborda, tal atitude deve ter um severo limite: não pode se contrapor a um fato histórico quando ele é baseado em documentação pertinente, autêntica, genuína, fidedigna. Estranhamente agora, em pleno século XXI, na contramão das pesquisas fundamentadas nas melhores fontes primárias, principalmente, vem uma coleção tentar engrossar uma minúscula corrente contraditória guiada não se sabe por quais interesses, e quer tratar a Conjuração Mineira como sendo mero protesto de sonegadores...

Para tentar compreender melhor a tentativa de desconstrução histórica havida com o lançamento da obra, José Aldo Rebelo Figueiredo, deputado federal por São Paulo, assim se manifestou em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 10.01.2001, valendo-se de bons argumentos para contestar publicamente o lançamento patrocinado pelo Instituto Teotônio Vilela: “A pretexto de destruir mitos e repor verdades históricas, o PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, está publicando uma coleção de 15 volumes, intitulada "Sociedade e História do Brasil", com o selo da Fundação Teotônio Vilela. O combativo senador alagoano que deu nome à fundação não ia gostar de ver o achincalhe a que são submetidos próceres da nação brasileira, como Tiradentes, Rui Barbosa, Floriano Peixoto. São criticados não por seus defeitos, mas porque ousaram pensar num projeto nacional, com as limitações de sua época. O quarto fascículo da versão tucana da nossa história descamba abertamente para a falsificação, pelo menos ao registrar a célebre frase atribuída a Floriano, "serão recebidos a bala". Qualquer curioso da história do Brasil sabe que essa foi a resposta a oficiais estrangeiros que pretendiam desembarcar no Rio de Janeiro a pretexto de defender interesses europeus ameaçados pela guerra civil, mas na cartilha do PSDB a frase é dada como resposta do consolidador da República sobre como receberia um grupo de manifestantes de oposição. Toda era de transformações produz sua versão da história e não surpreende que a casta neoliberal também faça a sua. Como as anteriores, anuncia que vai banir a "história oficial", embora seja difícil entender de que forma uma revisão elaborada pelo partido no poder deixe de ser oficial como uma medida provisória. Na verdade, urde-se uma apropriação da história. A coleção do PSDB promete reabilitar o povo anônimo nas lutas sociais e políticas, mas é um deboche dos que abraçaram as causas nacionais e populares. O que diz da Conspiração Mineira é a versão do Império. Esquarteja a memória de Tiradentes tal qual Dona Maria, a Louca, mandou enforcá-lo em vida e retalhá-lo morto. Tiradentes não teve a opção de se exilar em Paris com roupão de cetim. A Conspiração ou Conjuração Mineira (Inconfidência é o insulto dos algozes) foi o primeiro movimento na colônia a propor a independência e a república. Apresentar os revoltosos como um grupelho de sonegadores de impostos é ignorar o quadro internacional em que fermentava não só a decadência do colonialismo mercantilista como o vendaval republicano soprado no Novo Mundo desde a grande Revolução Americana. Lá também os revolucionários usavam culote e revoltavam-se contra a voracidade tributária da Inglaterra. A reinterpretação também afronta um dos mais importantes movimentos de ruptura da história do país, a da instituição da República, chamando-o de veículo de maracutaias e de racismo. Está de volta uma das mais renitentes calúnias da história, a de

que o Império foi austeridade e a República, corrupção. A República foi feita pelos líderes da Abolição, tanto que é impossível separar os dois movimentos. Quem traiu o ideário republicano foi a oligarquia entreguista, comparável à de hoje, com Prudente de Morais e Campos Sales (modelo de FHC) à frente. A ler o PSDB, o grande estadista do século 19 não foi o patriarca José Bonifácio, mas Dom Pedro 2º. Faz sentido essa fixação em personalidades que reinam, mas não governam. O imperador era o FHC da época, um monarca neoliberal que gostava de receber naturalistas estrangeiros, deslumbrar-se em feiras de tecnologia no exterior, comprar bugigangas. Nunca teve um projeto para o Brasil. O Segundo Reinado foram 50 anos de atraso. O povo apelidou-o de Pedro Banana. Mas, para o PSDB, pusilânime foi João Goulart; logo ele, deposto a mão armada porque queria fazer reformas de base ainda hoje à espera de um governo com força, coragem e patriotismo para realizá-las. O truque é exaltar o povo anônimo na história. Nada mais necessário. Ocorre que, para os patrocinadores da coleção, povo bom é o do passado. Se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tivesse ocorrido no século 18, resplenderia nas páginas da coleção como uma rebelião popular reprimida a ferro e a fogo pela elite. Quem transplantar a situação para hoje, buscando o indispensável nexo entre passado e presente, verá que os homens fazem sua história, mas alguns a escrevem como querem.”.

Então, é e será infrutífera mais esta tentativa de se reescrever fatos históricos que já estão bem fundamentados e de se querer desconstruir uma trama conjuratória que estava alicerçada em motivações ideológicas, econômicas e libertárias, e que, apesar de ter se tornado dramática, muito repercutiu e ajudou a pavimentar os caminhos para a Proclamação da Independência!



Nota: Versão reduzida deste texto, sob o título de *Desagravo aos Inconfidentes*, foi publicada no jornal *Tribuna Sanjoanense* (São João del-Rei, MG, Edição nº 1058, de 05 de março de 2001, pág. 2).